

Discurso do Conselheiro Fernando Correia por ocasião da outorga da Medalha do Mérito Nilo Coelho aos agraciados do ano 2000

Criada na gestão do Conselheiro Orlando Moraes, através da Resolução nº 2/86, a Medalha do Mérito Nilo Coelho desde então é conferida àqueles que se destacam no controle da administração financeira e orçamentária do Estado ou pelos excepcionais méritos e conhecimentos no campo do Direito Público.

Coube a mim a satisfação de saudar os homenageados do ano 2000, em nome dos demais Conselheiros. É momento de grande alegria para todos reconhecer um trabalho, uma dedicação, um mérito. Sobretudo nesta Casa, sempre tão atenta aos valores humanos e constantemente empenhada na capacitação, no treinamento, no pleno exercício profissional dos seus servidores. É momento de fraternidade entre os que homenageiam e os que são homenageados. É momento de lembrar os feitos realizados e desejar muitos méritos futuros no que cada um ainda tem por fazer, pois a luta contra as desigualdades, as injustiças e as intolerâncias necessita, cada vez mais, da participação insone, do trabalho incansável dos homens e mulheres de boa vontade. Lembrando que a luta do povo brasileiro continua apontando, como característica fundamental, o embate entre as trevas e a luz, entre os arbítrios e a liberdade. Já dizia o grande poeta abolicionista e republicano, Castro Alves, há quase dois séculos: "Não pode ser escravo quem nasceu no solo bravo da brasileira região". Se o poeta baiano estivesse vivo hoje, certamente, seria movido pelo mesmo sentimento. Em matéria publicada no último dia 22, na "Folha de S. Paulo", o jornalista Jânio de Freitas revela: "a convergência, durante a semana, de estudos do Banco Mundial, do Ipea, da Cepal e do Foro Sobre Desenvolvimento compôs um quadro aterrador do agravamento social no Brasil..." nos últimos seis anos. Mais adiante, se referindo à atual política econômica letal, declara: "Reduzir a pobreza, reduzir o sofrimento humano, reduzir a morte das crianças – essa é a tarefa primordial de gente honesta, honrada e lúcida que chegue ao governo...". Jânio de Freitas encerra a sua coluna afirmando: "O que faz a concentração de ren-

da não é a inflação alta ou baixa. São políticas concentradoras, seja qual for a inflação. E tudo no governo estimula a concentração de renda: a política econômica, a política financeira, a falta de política industrial, a redução ou recusa de verbas com fins sociais, os gastos faraônicos com a ostentação oficial e a diminuição do poder aquisitivo dos salários, vencimentos, soldos, pensões e aposentadorias. O desafio é o da vida do Brasil e da maioria dos brasileiros aos que lhes aplicam políticas venenosas".

Se me estendi na citação, desculpem-me, posso dizer que a minha intenção foi a de reavivar o verso do poeta e a preocupação do jornalista.

Imbuído desse espírito, que sei ser partilhado por muitos dos presentes nesta sala, saúdo Isabel Cristina Moura de Sá, bacharela em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, Auditora das Contas Públicas ingressou neste Tribunal em 1978, onde já exerceu os cargos de Secretária da Auditoria Geral, Chefe da Divisão de Aposentadorias, Chefe das Divisões de Pessoal e de Análise de Licitações, Presidenta da Comissão de Licitação, Diretora dos Departamentos de Administração, Recursos Humanos e Serviços Gerais e Presidenta de Comissões de Sindicância da Corregedoria Geral.

Saúdo Maria do Perpétuo Socorro Forte Cirne de Azevêdo, formada em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco, que exerceu os cargos de Secretária da Comissão de Progressões e Promoções, Presidente da Comissão de Licitação e Diretora Geral desta Corte de Contas.

Saúdo o Desembargador Márcio de Albuquerque Xavier, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, aprovado em concurso público para a Magistratura do Estado de Pernambuco, tendo exercido os cargos de Juiz das Comarcas de São José do Belmonte, Angelim, São José do Egito, Paulista, Olinda e da Comarca da Capital, atuando sucessivamente nas diversas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça.

Saúdo o Procurador-Geral de Justiça, Romero de

Oliveira Andrade, bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, professor-substituto da Faculdade de Direito do Recife, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, através de concurso público, oficiou nas Comarcas de Tabira, Carnaíba, Afogados da Ingazeira, Flores, Joaquim Nabuco, Petrolina, Cabo, Moreno, na Vara de Família da Capital e no Juízo Privativo de Menores Abandonados e Infratores da Capital. Foi Coordenador da Subcoordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e oficiou como 11º Procurador de Justiça em Matéria Criminal. Exerceu as funções de Assessor Administrativo e Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça, membro do Conselho Superior do Ministério Público e presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude.

Saúdo o Procurador-Geral do Estado, Sílvio Pessoa de Carvalho, bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. Foi Deputado Estadual e Federal, Secretário de Justiça dos Governos Nilo Coelho e Carlos Wilson Campos, Superintendente Regional do Grupo Financeiro Novo Rio, Diretor Administrativo da Sael, Secretário de Finanças da Prefeitura do Recife na gestão de Jarbas Vasconcelos e

presidente do Sport Club do Recife.

Saúdo Syleno Ribeiro de Paiva, professor da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco e da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, advogado militante, consultor jurídico, Secretário de Governo do Estado de Pernambuco de 1983 a 1985, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, Petrônio Portela, de 1979 a 1980 e Secretário Geral do Ministério, em 1981. Foi Subsecretário Geral do Ministério da Educação e Cultura de 1978 a 1979 e Delegado Regional do Ministério da Educação e Cultura de 1971 a 1978. Foi Membro do Conselho Diretor do então Instituto Joaquim Nabuco de 1971 a 1977, Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho (Gabinete Tancredo Neves) de 1961 a 1962 e Secretário da Previdência e Assistente Jurídico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco - IPSEP à época do Governo Cordeiro de Farias. Syleno foi aluno do Padre Lebrét e a convite do ministro da Educação de Portugal efetuou estudos em instituições culturais, inclusive em Angola e Moçambique, em 1974.

Por fim, às portas do novo milênio, renovo a minha fé no cumprimento da profecia de Isaias: "Virá o dia da felicidade e justiça para todos".

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2000